

Contribuições dos estudos em memória e representações sociais para compreensão de uma história em curso

RONEY GUSMÃO DO CARMO*

ANA ELIZABETH SANTOS ALVES**

Resumo

O presente texto pretende esquadrihar os debates em torno da memória, considerando as contribuições dessas análises para o entendimento da relação estabelecida entre os sujeitos e seu espaço social. A dialética das relações sociais é parte dessa reflexão à medida que se tem a possibilidade de entender homens e mulheres como parte constituinte de uma história em curso e, portanto, capazes de herdarem significados construídos historicamente. A memória, aqui entendida como representação do passado, faz transitar valores elaborados sob determinadas condições concretas e, como tal, estabelecem com o hoje uma relação de mútua construção, fato que robustece a percepção de que os sujeitos estão inscritos num presente contínuo.

Palavras-chave: Memória; representações sociais; presente contínuo.

Abstract

This paper aims to scrutinize the debates on memory, considering the contributions of these analyzes for understanding the relationship between the subjects and their social space. The dialectics of social relations is part of this discussion as it has the ability to understand men and women as a constituent part of an ongoing story, and therefore able to inherit historically constructed meanings. The memory, here understood as a representation of the past, makes transit figures prepared under certain specific conditions and, as such, to establish today a relationship of mutual construction, a fact that strengthens the perception that the subjects are enrolled in a continuous present.

Key words: Memory; social representations; continuous present.



* **RONEY GUSMÃO DO CARMO** é doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB; leciona na rede estadual de educação para o ensino médio no Estado da Bahia e como professor de filosofia na Faculdade de Tecnologia e Ciência – FTC.

** **ANA ELIZABETH SANTOS ALVES** é Doutora em educação pela Universidade Federal da Bahia - UFBA; professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas - DFCH da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e professora do Programa de Pós Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade na UESB.

A memória como “fio da continuidade”

As discussões suscitadas pelo campo interdisciplinar da memória têm ganhado relevo nos últimos anos, contribuindo substancialmente para os estudos em ciências sociais, tornando-se um caminho pertinente para estudo das representações sociais.

Para melhor compreensão dos debates em torno da memória social, é interessante mencionar Maurice Halbwachs, como um dos precursores dessas discussões. A partir dos conceitos iniciais sobre a memória e seu caráter eminentemente social, discutiremos o meio pelo qual o campo da memória permite fornecer pistas para compreensão do movimento dialético que compõe o organismo social.

Em Halbwachs, a memória individual se encontra inscrita em quadros coletivos, salientando o caráter social como elemento condicionante da construção da memória pessoal: “É difícil conceber como despertaria em uma consciência isolada o sentimento da identidade pessoal, talvez porque nos parece que o homem inteiramente só, não poderia lembrar de modo algum” (HALBWACHS, 2006, p. 110). Para uma compreensão mais clara sobre as ideias de Halbwachs, é importante analisar como o autor debate acerca das primeiras inferências realizadas pela memória coletiva dentro da memória individual. Segundo Halbwachs (2006), ainda durante a infância, mergulha-se, mais do que se imagina, nos meios sociais e, através destes vínculos, a criança entra em contato com o passado relativamente recente dos indivíduos com os quais ela convive. Já na mais tenra idade, a criança assimila o passado vivido por seu grupo social com muito mais perícia que o passado apreendido

pela história escrita, apoiando, mais tarde, a sua memória nestes quadros sociais. Estabeleceu-se, portanto, um senso de identidade com o coletivo, por meio do qual a memória encontra apoio para construir o pensamento e reencontrar determinada imagem sobre o passado.

Nesse sentido, o processo da memória, em Halbwachs, ocorre mediante a reelaboração do passado, segundo solicitações feitas no presente e, sobretudo, a partir de outras reconstruções realizadas por indivíduos que são parte do grupo social do qual somos integrantes. A memória, neste sentido, “reconstrói reconstruções” a respeito de determinados fatos, ou como diria o autor: “[...] podemos chamar de lembranças muitas representações que, pelo menos parcialmente, se baseiam em testemunhos e deduções – mas, então, a parte do social [...] é bem maior do que podemos imaginar” (HALBWACHS, 2006, p. 91).

A memória dos outros, que compõe os grupos sociais aos quais pertencemos – família, igreja, bairro, associação, amigos, entre outros –, complementa e ratifica a nossa, atribuindo à memória coletiva uma propriedade perpassante entre gerações e grupos sociais. Evidentemente, a memória é simultaneamente maleável, como também passível de transportar seus contornos originais durante gerações subsequentes que a herdem.

As representações requeridas pela memória individual se vinculam às significações adquiridas das representações coletivas ou, em outras palavras, o indivíduo delibera “tomar emprestado” do seu ambiente aquelas representações capazes de subsidiarem e validarem a memória individual. Logo, existe uma ordem subjetiva que se

impõe ao grupo e que orienta a sua percepção a respeito do mundo exterior. Esta lógica, ao mesmo tempo em que é imposta ao coletivo, trava com este uma relação de construção e reconstrução permanente diante das contínuas reconfigurações históricas da sociedade. (HALBWACHS, 2006, p. 61-62)

Embora Halbwachs não mencione declaradamente nenhuma perspectiva ideológica nas práticas sociais, ao afirmar, por exemplo, que “[...] qualquer recordação de uma série de lembranças que se refere ao mundo exterior é explicada pelas leis da percepção coletiva” (HALBWACHS, 2006, p. 62), deixa a possibilidade de compreender que as “leis da percepção” podem se referir às condições pelas quais os sujeitos elaboram suas representações sociais, condições estas capazes de desenhar os sentidos socialmente construídos.

Enquanto seres sociais, é como se houvesse uma temporária junção de impressões e pensamentos, “[...] o que pressupõe que cada um de nós deixasse por um momento de ser quem é e, logo, voltaria a si, introduzindo em sua memória pontos de referência e divisões que traz prontas de fora” (HALBWACHS, 2006, p. 80). As representações do sujeito, portanto, recebem interferências daquelas representações formuladas pelo grupo social. Neste sentido, a relação dialógica entre o “meu eu individual” e o “meu eu coletivo” me permite incorporar significados difundidos socialmente, apoiados em “leis de percepção coletiva”.

Assim sendo, como qualquer outro campo, a memória coletiva de dado grupo pode ter sido construída a partir de determinados posicionamentos ideológicos que, por sua vez, foram

elaborados em condições concretas específicas. Tal fato não invalida o estudo da memória, pelo contrário, o substancializa, requerendo atenção do investigador quanto aos componentes ideológicos incorporados pelas representações sociais e arrastados pela memória coletiva.

Ao acionarmos a análise sobre ideologia às questões concernentes à memória, buscamos situar o leitor na percepção de que as representações transportadas pela memória herdada podem ter implícito um conjunto de valores socialmente estruturados segundo a dinâmica apontada pelos contextos históricos. Afinal, as “[...] leis que a sociedade nos ensina e impõe [...]” (HALBWACHS, 2006) contêm significados que certamente se agregam à própria estrutura social vigente e, ao perpassar gerações, transportam tais características pela memória e pelas representações que lhe estão contidas. As representações sociais são formuladas por sujeitos que se enquadram em determinada classe social, em determinada posição de gênero, em dada postura política; enfim, são sujeitos situados em determinados ângulos, cujos sentidos passam por pontos de vistas ideológicos e, posteriormente, são verbalizados e transmitidos – herdados – através da socialização.

[...] a alusão ao tema da memória se torna fundamental para a discussão sobre os processos e contextos de socialização de experiências, de aprendizagens, cujas relações se sintetizam por meio da Educação. Aqui a memória comparece como uma importante fonte de ligação entre o passado e o presente, ou seja, da racionalização temporalizada das experiências. Portanto, como toda fonte, pode

estar ideologicamente formada, carecendo de ser analisada. (MAGALHÃES, 2007, p. 103).

Partindo da teoria halbwachiana, Pollak (1992) também introduz acréscimos substanciais a esta análise. O autor reconhece que a memória tem um caráter flutuante e mutável à medida que, invocada pelo presente, carrega caracteres oriundos de vínculos sociais que compuseram sua construção. Contudo, Pollak identifica que as memórias construídas coletivamente parecem possuir elementos irreduzíveis, pois, segundo ele, na “[...] maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis”. (POLLAK, 1992, p. 2). O autor deduz que este fato ocorre exatamente porque o processo de incorporação da memória foi tão significativo que inviabilizou a ocorrência de mudanças expressivas.

POLLAK (1992) ratifica a acepção de memória em Halbwachs, mas acresce que a memória individual se funda nos fatos vivenciados pessoalmente por aquele que rememora, e, também, é intuída pelo que ele chama de eventos “vividos por tabela”. A “memória por tabela” se refere à projeção na memória individual de fatos que não foram vivenciados pessoalmente, mas que afetaram, direta ou indiretamente, a coletividade à qual o sujeito pertence. A socialização gera um grau tão sofisticado de identidade com o grupo que o indivíduo assimila as memórias herdadas como se fossem emanadas de sua própria história de vida. Em outras palavras, o elevado teor de empatia com o coletivo torna difusa a possibilidade de discernir precisamente as linhas divisórias que separam a memória individual daquelas importadas “por tabela” dos grupos sociais a que pertencemos. (POLLAK, 1992, p. 3).

Em Halbwachs (2006), essa vinculação entre os desencadeamentos dos sucessivos contextos históricos também se faz presente. O autor salienta que a história, de fato, possui uma aparência de descontinuidade em que, ilusoriamente, cada um dos fatos se demonstra compartimentado e repartido por sutis intermitências, hiatos lacunares. Porém, Halbwachs (2006), tendo reconhecido esta feição, adverte que os historiadores, ao observarem as sucessivas variações e similitudes entre os diversos contextos, reconhecem que, para se transpor de um momento histórico a outro, torna-se necessário apreciar o desencadeamento de uma série de alterações, das quais a história só apreende a totalização ou o “resultado final”.

Como já afirmado, também pela fala de Pollak (1992), há um fio condutor que transita representações construídas em determinados contextos e que move no organismo social em seus distintos contextos. Em Halbwachs (2006), a expressão utilizada é “fio da continuidade”, capaz de promover o ressurgimento periódico de paradigmas construídos em outros contextos que, logicamente, também se encontram assentados sobre uma determinada lógica produtiva:

Em pouco tempo, imaginamos que nada mudou porque reatamos o fio da continuidade. Esta ilusão, da qual logo nos livraremos pelo menos terá permitido que passemos de uma etapa a outra, sem que em momento algum a memória coletiva tenha sentido qualquer interrupção. (HALBWACHS, 2006, p. 104).

E essa propriedade apresentada por este “fio da continuidade” no arranjo social faz transitar “[...] não apenas os fatos, mas os modos de ser e de pensar de outrora que se fixam assim na

memória” (HALBWACHS, 2006, p. 85). Em outras palavras, não se trata somente das narrativas de episódios significativos que podem trafegar através dos contextos históricos; as representações sociais outrora definidas, assentadas em um nexos próprio, podem se manter como orientadoras das ações, como inspiradoras de sentidos por gerações sucessivas. Ainda que não se tenha total controle consciente de seus sentidos originalmente estruturantes, tais ideias perpassam tempos e parecem ílesas até certo ponto.

Memória e representações sociais: conceitos preliminares

Para respaldar a relação que propomos entre representações sociais e as condições sociais onde são elaboradas, é útil mencionar teóricos que já percorreram este caminho. Segundo Abric, teórico da psicologia social que estuda o tema, as representações recebem inferências de diversos fatores globais, a exemplo do “[...] contexto social e ideológico, lugar do indivíduo na organização social, história do indivíduo e do grupo, determinantes sociais, sistemas de valores.” (ABRIC, 2000, p. 28).

Seguindo raciocínio semelhante, o psicólogo brasileiro Celso Pereira de Sá (1998) reconhece que os sujeitos se inserem num determinado grupo social sob condições específicas. Este autor chama a atenção para o conceito de “ancoragem”, que muito se relaciona com a vinculação estabelecida entre a representação social com a classe ou estrato social onde a mesma é elaborada. Considerar as condições materiais e sociais que cercam o sujeito é parte integrante dos estudos em representações sociais: “[...] se a

ancoragem se dá em relação a um sistema de pensamento preexistente, trata-se sempre de um sistema que se constituiu e opera no âmbito de uma determinada posição no campo social” (SÁ, 1998, p. 75).

Certamente este tem sido o grande diferencial dos estudos das representações sociais em relação à opinião pública, visto que os procedimentos de pesquisa típicos desta última “[...] pressupõem um tipo de sociedade que não passa de um agregado de indivíduos dispersos[...] As representações sociais, ao contrário da opinião pública, têm a ver com as dimensões de construção e de mudança [...]” (GUARESCHI, 1995, p. 194).

O interessante é que tais representações são móveis, ou seja, têm uma propriedade “transitiva” no curso da história. As subdivisões propostas para a compreensão da história humana apresentam um cunho apenas esquemático e didático, jamais *ipsis litteris*. Assim, entendemos que a memória é um elemento marcante para se compreender como as representações sociais transitam em diferentes contextos da história, arrastando consigo características condizentes a estruturas socioeconômicas aparentemente superadas.

Memória como representação do passado

É importante salientar que as representações sociais, que discorremos no tópico anterior, são elaboradas por sujeitos dentro de um presente, inseridos num curso da história. Tanto os sujeitos, como os objetos representados e as condições que os vinculam se inserem num momento presente deixado por um largo caminho

percorrido pela história humana. É neste sentido que o passado se torna relevante para compreendermos os sentidos que os objetos representados têm para os sujeitos, salientando os elementos históricos que contribuíram para a construção dessas representações sociais¹.

Essa mobilidade de conceitos proporciona um senso de coerência e continuidade nos indivíduos, sensações estas que advêm das próprias relações sociais em meio àqueles que cercam mais proximamente o sujeito. É, portanto, pelas relações sociais que as instituições da sociedade e suas práticas ritualísticas passam a ter sentido para o indivíduo, fortalecendo os laços que conectam o “eu” ao coletivo, o que concretamente gera significação às representações e, posteriormente, às ações praticadas pelos sujeitos.

A memória denota uma necessidade social de transmissão e manutenção das

¹ É pertinente salientar que Moscovici emprega a expressão social às representações no momento em que busca chamar a atenção para o elevado grau de dinamismo das sociedades atuais. O autor recusa fazer uso da expressão “coletiva”, por entender que está impregnada da noção estática e tradicional de Durkheim, adequada para outros períodos da história humana. Assim, “Moscovici preferiu preservar o conceito de representação e substituir o conceito de ‘coletivo’, de conotação mais cultural, estática e positiva, pelo termo ‘social’: daí o conceito de representações sociais” (GUARESCHI, 1995, p. 196). Chamamos a atenção do leitor sobre este fato pela necessidade de sublinharmos o caráter social das representações, bem como das memórias que as dinamizam entre gerações. Dessa forma, entender as representações sociais sobre o presente, inevitavelmente, nos remete a tentar compreender as práticas sociais estabelecidas pelos sujeitos no passado, bem como as representações que certamente foram perpetuadas pela memória social herdada entre gerações.

representações, bem como do patrimônio cultural por gerações, fato este que se impõe como condição de permanência das civilizações humanas do decorrer do tempo (JEDLOWSKI, 2000). O patrimônio cultural ao qual o autor se refere corresponde aos próprios conhecimentos do cotidiano, envolvendo também as artes, a linguagem, os conhecimentos – a educação – e os costumes. Dado seu grau elevado de cotidianidade dos conteúdos transmitidos por meio da memória, entendida como “[...] la selección, la interpretación y la transmisión de ciertas representaciones del pasado producidas y conservadas específicamente desde el punto de vista de un grupo social determinado” (JEDLOWSKI, 2000, p. 126).

Retomando a Halbwachs (1990), de que há um processo de recordação que está além do indivíduo, que é impessoal, correspondente a uma sociedade globalmente referida, que o indivíduo participa, segundo determinados interesses, sob condições parciais, ou não, se torna importante a sua formulação de que os conteúdos da memória contêm sempre um reflexo da realidade social e da realidade temporal, que desempenha um papel importante no processo de transmissão social das experiências e da sua significação como aprendizagem. Sem entrarmos aqui nas discussões sobre a origem de sua filiação estruturalista de base durkheimiana, para o que aludimos aqui. (MAGALHÃES, 2007, p. 103)

A memória, portanto, faz transitar pelo mecanismo do “fio da continuidade” as representações sociais esboçadas pelos sujeitos em determinados contextos históricos. Tais representações resultam das próprias práticas sociais, em que os

homens produzem “[...] en sus conversaciones y tertulias sus propias filosofías no-oficiales que tienen un impacto decisivo en sus relaciones sociales, su voto en las elecciones, el modo en que crían a sus hijos, planean su futuro, etc.” (ROSA et al., 2000, p. 72). Dentro desse processo, são as condições socioculturais indicadas pelo momento histórico que servem de “[...] alimento para el pensamiento”.

Fundamentado nesta percepção que Rosa e outros (2000) compreendem memória como sendo “representação do passado”, devido ao fato de que o funcionamento da memória social admite a comunicação e a convencionalização de elementos perpassados entre gerações. Além disso, é a memória social que também permite a existência de uma mútua relação de co-construção entre a identidade cultural coletiva e a identidade cultural particular, inscrevendo o sujeito numa prática social ampla.

Considerações

O texto não teve a pretensão de discorrer acerca das distintas filiações teóricas dos autores mencionados, já que este não foi o cerne da análise. A proposta foi, na verdade, compreender que as condições materiais que estruturam o todo dialético em curso na história é parte constituinte do que chamamos de representações sociais. Visualizamos também que essas representações são “trafegáveis” e, como tal, perpassam gerações, arrastando valores, significados e motivando condutas segundo as condições concretas de sua formulação.

Essa discussão é de grande sentido para entendimento do mundo de significados de homens e mulheres históricos em

diferentes recortes investigativos que as ciências se interessem em debruçar. Acionamos a dialética para entender que os sujeitos são parte de um todo dialético em movimento e, de modo constante, essa totalidade penetra a individualidade, traçando uma relação dialógica ininterrupta de construção de representações.

Nesse sentido, a memória trás ao presente elementos do senso comum transmitidos socialmente e tais elementos não são de todo míticos, eles estão correlacionados aos encaminhamentos históricos. Apegamo-nos a esta constatação, observando “[...] a ocorrência de memórias no pensamento do tipo ‘representações sociais’, através da ancoragem de experiências novas em conhecimentos preexistentes” (SÁ, 2007, p. 291).

As memórias pessoais não são concebidas como tendo uma origem e um funcionamento estritamente individuais, mas sim como resultado de um processo de construção social. São, assim, memórias sociais, embora o locus desse processo construtivo seja a pessoa, pois é ao passado dela que estão continuamente referidas as lembranças, mesmo que envolvam também fatos sociais, culturais ou históricos de que ela tenha participado, testemunhado ou simplesmente ouvido falar. (SÁ, 2007, p. 292).

Destarte, é interessante concluir essa discussão com uma classificação proposta por Sá sobre as muitas memórias. O autor elenca sete tipos de memórias que continuamente se interseccionam. Uma das instâncias de memória apontada pelo autor são as “memórias práticas”. As memórias práticas são, para ele, as mais externadas no cotidiano do sujeito,

sendo muitas vezes involuntárias que vão desde o cumprimento de rituais religiosos até outras práticas sedimentadas no corpo e linguagem humana em seus usos cotidianos.

Essas memórias práticas provavelmente acompanham em maior ou menor grau, o estofo discursivo, imagético e, principalmente afetivo das demais instâncias e podem ter como campo privilegiado de estudo as memórias institucionais, comumente caracterizadas pela longa permanência ou mesmo pela inércia. (SÁ, 2007, p. 294).

O autor amarra as memórias práticas a uma memória mais ampla, por ele chamada de institucional. Esta última é morosa, imutável, mas não deixa de inferir diretamente na memória prática do sujeito. Trata-se de um “fio de continuidade” que transcorre as relações sociais e interliga diversas esferas da prática social.

Para além da classificação proposta por Sá, é pertinente lembrar que a memória social recruta significações elaboradas sob condições concretas no passado. A mobilização desses significados se confunde às condições presentes, estabelecendo com estas últimas, uma relação de mútua construção. A mescla difusa insurgida na relação dialética entre presente e passado compõe os homens e mulheres históricos que constroem a sociedade inscrita num presente contínuo (AROSTEGUI, 2004). Dessa forma, adentrar o mundo das representações sociais, bem como a capacidade perpassante da memória, é esquadriñar os componentes sociais, históricos e materiais onde estão ancorados os valores dos sujeitos e que, por efeito, impulsionam à ação posta numa história em curso.

Referências

- ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P; OLIVEIRA, D. C. de (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB, 2000. p. 27-38.
- ARÓSTEGUI, J. **La historia vivida: sobre la historia del presente**. Madrid: Alianza Editorial, 2004.
- GUARESCHI, P. A. & JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro editora, 2006.
- JEDLOWSKI, P. La sociología y la memoria colectiva. In: ROSA, A, BALLELLI, G & BAKHUST, D (Orgs.). **Memoria colectiva e identidade nacional**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000. p. 123/132.
- MAGALHÃES, L. D. R. Educação, História e Memória: uma aproximação do estudo geracional. In: **Revista HISTEDBR online**. Campinas: UNICAMP, 2007. Num. 28. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/28/art07_28.pdf. Acesso em 26 de julho de 2011.
- POLLAK, M. **Memória e Identidade Social: Estudos Históricos**. Tradução: Monique Augras. Rio de Janeiro, vol. 05, nº. 10, 1992.
- ROSA, A., BALLELLI, G & BAKHUST, D. Representaciones del pasado, cultura personal e identidad nacional. In: _____. **Memoria colectiva e identidade nacional**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000. p. 41-87.
- SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- _____. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. In: **Psicologia Reflexão e Crítica**. Vol. 20, num. 002. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 290-295.

*Recebido em 2013-03-15
Publicado em 2013-10-06*